



PROPOSTA DE MOÇÃO

Considerando que:

1. Os transportes públicos são instrumentos fundamentais para assegurar o direito à mobilidade dos cidadãos;
2. A mobilidade de quem vive e trabalha no Porto está a ser posta em causa, não só pelos aumentos brutais de tarifários decretados no último ano pelo Governo, mas também pelas reestruturações em curso na STCP, com a redução, suspensão e alteração de linhas e de horários, assim como pelo desinvestimento do Estado na continuação do alargamento da rede do Metro do Porto;
3. O objetivo central do Plano Estratégico de Transportes é a progressiva privatização dos transportes públicos colectivos, de forma parcial ou integrada, criando as condições favoráveis as empresas que operam no sector dos transportes, entregando às concessionárias privadas as linhas mais rentáveis, enquanto se prossegue a redução do serviço público de transportes em nome da consolidação orçamental;
4. A STCP prepara-se para reduzir 25% da sua oferta de transportes em termos de milhões de quilómetros ano na área metropolitana do Porto, avançando com a privatização de 37% do total de linhas, começando desde logo nas linhas já subcontratadas, entregando algumas das linhas mais rentáveis aos privados, linhas que constituem cerca de 7% do mercado regional, afectando sobretudo os movimentos pendulares da cidade com concelhos limítrofes;
5. A STCP anunciou a redução em 2012 de cerca de 15% do seu número de trabalhadores, o que a concretizar-se levará também por esta via à redução do serviço público de transportes urbanos e à diminuição da qualidade na prestação destes serviços, em prejuízo das populações;
6. A Metro do Porto segue um caminho idêntico de redução de trabalhadores (como é o caso do encerramento da EMEF/Oficinas de Manutenção) e aumento dos horário de trabalho, quando as condições de trabalho determina a qualidade do serviço público prestado;
7. A intenção de fundir a administração da STCP com a Metro do Porto tem como objetivo contribuir para o processo de privatização em curso, que

a concretizar-se teria impacto no custo e na oferta dos transportes urbanos colectivos na cidade e na área metropolitana do Porto;

8. A não eleição há mais de um ano do Conselho de Administração da Metro do Porto expressam uma falta de respeito, quer do anterior Governo do PS, quer do atual Governo do PSD/CDS, pela cidade e área metropolitana do Porto, revelando tacticismos partidários e eleitorais que se sobrepõem ao interesse público;

A Câmara Municipal do Porto, reunida em 3 de Julho de 2012, delibera:

1. Manifestar a sua oposição aos objectivos inscritos no Plano Estratégico dos Transportes de progressivo desmantelamento do serviço público de transportes colectivos e sua privatização, que porá em causa os direitos das populações e o desenvolvimento local e regional;
2. Rejeitar o processo em curso de fusão das empresas de transportes Metro do Porto e STCP;
3. Exigir junto do Governo e da Junta Metropolitana do Porto a resolução célere do impasse em torno da nomeação das administrações das empresas Metro do Porto e SCTP;
4. Exigir junto de Governo que este cumpra os compromissos financeiros que tem com o serviço público de transportes do Porto;
5. Enviar cópia desta moção ao Sr. Ministro da Economia, à Junta Metropolitana do Porto e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Porto, 3 de Julho de 2012

O Vereador
da CDU – Coligação Democrática Unitária

(Pedro Carvalho)